



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Assessoria e extensão em arquitetura e urbanismo: reflexões a partir de experiências nas ocupações urbanas de Belo Horizonte¹

Tiago Casterlo Branco Lourenco

Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Departamento de Projetos da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

Sessão Temática 09: ATHIS e Extensão Universitária em PUR: relatos de experiência

Neste artigo apresento reflexões a partir de experiências de assessoria técnica direta, atividades de extensão universitária e em disciplinas extensionistas em arquitetura e urbanismo junto aos grupos sócio-espaciais das ocupações urbanas Camilo Torres, Dandara, Eliana Silva, Emanuel Guarani Kaiowá, Rosa Leão, Esperança, Vitória e Helena Greco — as últimas quatro conhecidas como Ocupações da Izidora. Discuto as referidas ocupações como movimentos sociais urbanos que ocorrem em Belo Horizonte e região desde o ano de 2008. Apresento brevemente reflexões sobre estratégias de registro técnico das atividades de assessoria e extensão universitária através da crônica narrativa.

Palavras-chave. Extensão, Ocupações Urbanas, Moradia, Autonomia e Heteronomia.

Consultancy and extension in architecture and urbanism: reflections based on experiences in urban occupations in Belo Horizonte

Abstract. *In this article I present reflections based on direct technical assistance experiences, university extension activities and extensionist disciplines in architecture and urbanism with socio-spatial groups of urban occupations Camilo Torres, Dandara, Eliana Silva, Emanuel Guarani Kaiowá, Rosa Leão, Esperança, Vitória and Helena Greco — the last four known as Ocupações da Izidora. I discuss the aforementioned occupations as urban social movements that have taken place in Belo Horizonte and the region since 2008. I briefly present reflections on strategies for the technical record of advisory and university extension activities through the narrative chronicle.*

Keywords: Extension, Urban Occupations, Housing, Autonomy and Heteronomy.

Consultoría y extensión en arquitectura y urbanismo: reflexiones a partir de experiencias en ocupaciones urbanas en Belo Horizonte

Resumen. *En este artículo presento reflexiones a partir de experiencias de asistencia técnica directa, actividades de extensión universitaria y disciplinas extensionistas en arquitectura y urbanismo con grupos socioespaciales de ocupaciones urbanas Camilo Torres, Dandara, Eliana Silva, Emanuel Guarani Kaiowá, Rosa Leão, Esperança, Vitória y Helena Greco — los últimos cuatro conocidos como Ocupações da Izidora. Discuto las ocupaciones mencionadas como*

¹ Este artigo é inspirado nas reflexões desenvolvidas na tese “Com orde minha mesmo” e nas pesquisas desenvolvidos no meu doutorado. A tese e as pesquisas de doutorado foram orientadas pela professora Silke Kapp dentro do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG.

movimientos sociales urbanos que se dan en Belo Horizonte y la región desde 2008. Presento brevemente reflexiones sobre estrategias para el registro técnico de las actividades de asesoría y extensión universitaria a través de la crónica narrativa.

Palabras clave: Extensión, Ocupaciones Urbanas, Vivienda, Autonomía y Heteronomía.

1. Introdução

O material que fundamenta as reflexões deste artigo é proveniente de coletas realizadas ao longo do trabalho de assessoria técnica aos grupos sócio-espaciais¹ das ocupações urbanas de Belo Horizonte realizada desde o ano de 2008, envolvendo as seguintes ocupações: Camilo Torres (2008), Dandara (2009), Eliana Silva (2012), Pomar do Cafezal (2012), Emanuel Guarani Kaiowá (2013), Rosa Leão (2013), Esperança (2013), Vitória (2013), Carolina Maria de Jesus (2017), Vicentão (2018) e Helena Greco (2019). Todas essas ocupações se encontram em curso e o acompanhamento se mantém com o envolvimento dependendo das demandas do contexto e a situação dos conflitos fundiários.

O objetivo deste artigo é apresentar reflexões relacionadas as assessorias técnicas desenvolvidas durante estes anos, com destaque para o fato do trabalho ter se iniciado como uma assessoria independente que, posteriormente, passou a ser realizada também como atividades de extensão universitária e disciplinas extencionistas dentro de cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo de universidades instaladas em Belo Horizonte, com destaque para Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Universidade Federal de Minas Gerais.

O registro e a sistematização das experiências de assessoria técnica iniciam sem uma bem definida estratégia de ação, posteriormente, foram sendo identificadas algumas que já inspiravam, mas sobre as quais pouco se refletia; são elas: a pesquisa-ação, a extensão universitária e as atividades de ensino em disciplinas universitárias extensionistas.

O artigo organiza essas reflexões a partir dessa trajetória e apresenta uma proposta de registro das atividades desenvolvidas.

2. Assessoria técnica como pesquisa-ação

A experiência da assessoria técnica das ocupações permitiu a construção de uma relação de confiança com muitos atores do processo e, assim, o acesso a evidências que uma observação 'passiva' dificilmente revelaria. Houve a participação de decisões técnicas e políticas, tanto internas aos grupos sócio-espaciais quanto em relação a agentes externos, a assessoria se torna nesta condição também atora do processo. Tal condição coloca uma das questões polêmicas, o protagonismo da assessoria técnica e suas semelhanças com uma pesquisa-ação. Para Thiollent, os protagonistas são aqueles que participam da ação (THIOLLENT, 1988, p. 70). Nos casos aqui experimentados, os assessores assumem muitas vezes uma posição de destaque, razão pela qual são também protagonistas, junto com os grupos sócio-espaciais analisados.

Nas experiências vivenciadas na assessoria técnica direta fica evidenciada uma característica: tanto a realidade não é fixa quanto os métodos empregados vão se adaptando aos contextos em que a assessoria técnica, como pesquisa-ação, se envolve; é um processo dinâmico e ativo que sofre ajustes enquanto se desenvolve. Trata-se, assim, de experimentações marcadas pela flexibilidade, por um vaivém, sempre pautada pelas questões da realidade. Essa flexibilidade

é necessária e mais eficiente que um ordenamento rígido na condução dos trabalhos.

Thiolent indica que uma pesquisa-ação se desenvolve adequadamente em grupos pequenos, qualificando-o como “um instrumento de trabalho e de investigação com grupos, instituições, coletividades de pequeno ou médio porte” (THIOLLENT, 1988, p. 8-9). Quanto a esse limite, vale destacar que, apesar das grandes dimensões que assumem as ocupações urbanas, a atuação da assessoria ocorreu efetivamente com grupos muito reduzidos — as coordenações, lideranças e grupos limitados de moradores —, não obstante os resultados da assessoria tenham influenciado um público mais amplo do que aquele que estava em contato direto com o assessor. Esse é um aspecto a ser destacado para a avaliação dos limites e para demonstrar que o método da pesquisa-ação foi utilizado dentro de constrições já estabelecidas entre seus praticantes.

A assessoria obviamente privilegia os aspectos empíricos, o que não significa que se abstenha de um referencial teórico, ele está sempre presente. Entretanto, tal referencial não é determinante; a realidade com que a assessoria técnica se depara influencia de maneira mais grave os rumos do trabalho, instigando, inclusive, a escolha de referenciais teóricos que contribuam para interpretar situações com as quais se depara ao longo dos trabalhos, ou seja, a assessoria tem como aspecto fundamental não partir de abstrações descoladas da realidade em que atua.

O trabalho funciona como uma pesquisa social de base empírica. Os problemas e as respostas decorrentes desse processo foram produzidos pela assessoria e os outros agentes envolvidos de forma cooperativa e participativa (THIOLLENT, 1988, p. 14), seguindo procedimentos semelhantes àqueles indicados em uma pesquisa-ação. A pesquisa-ação agrega vários outros métodos da pesquisa social e tem como fundamento elementar refletir sobre as possibilidades de interação entre o pesquisador e os grupos sociais pesquisados, o que a assessoria realizou.

Numa pesquisa-ação, a clássica situação de formulação de hipóteses a serem comprovadas não adquire o mesmo papel observado nas pesquisas convencionais, ela implica uma interação com a realidade pesquisada que pode levar a situações-problema que não estavam postas *a priori*. As hipóteses são tratadas como diretrizes, numa condição menos rígida, o que não elimina o raciocínio hipotético, mas torna essas hipóteses mais suscetíveis à substituição no decorrer do processo.

Seja como for, podemos considerar que a pesquisa-ação opera a partir de determinadas instruções (ou diretrizes) relativas ao modo e encarar os problemas identificados na situação investigada e relativa aos períodos de ação. Essas instruções possuem um caráter bem menos rígido do que as hipóteses, porém desempenham uma função semelhante. Com os resultados da pesquisa, essas instruções podem sair fortalecidas ou, caso contrário, devem ser alteradas, abandonadas ou substituídas por outras. A nosso ver a substituição das hipóteses por diretrizes não implica que a forma de raciocínio hipotética seja dispensável no decorrer da pesquisa. Trata-se de definir problemas de conhecimento ou de ação cujas possíveis soluções, num primeiro momento, são consideradas como suposições (quase-hipóteses) e, num segundo momento, objeto de verificação, discriminação e comprovação em função das situações constatadas. (THIOLLENT, 1988, p. 33)

Essas diretrizes hipotéticas ajudam ao longo da assessoria, estabelecendo relações com outros aspectos da realidade assessorada, auxiliando a organizar os procedimentos e elencar elementos a serem observados, orientando o trabalho e mesmo contribuindo para formular ideias gerais sobre a situação — mas que eram confrontadas e eventualmente substituídas, o que não significou um abandono. A interação dessas diretrizes com a realidade e as supostas utilidades resultantes desses embates são mais relevantes e determinantes na condução e manutenção da assessoria.

Nestas assessorias, o diálogo com os moradores das ocupações urbanas não ocorre naturalmente, há uma predisposição para relações verticalizadas e marcadas pelo controle dos assessores técnicos, uma condição que enseja uma preocupação constante em criar instrumentos e ferramentas que permitam essa interação de tal modo que todos compreendam as definições daquilo que é discutido, o que é muitas vezes determinante para os resultados. O público com quem a assessoria interage vem de uma experiência de vida marcada pela submissão, e a busca por uma relação dialógica é uma interferência importante na realidade, motivo pelo qual não pode ser desconsiderada como dado que também determina resultados e pode proporcionar interpretações que não derivam da condição original em que acontece a pesquisa-ação da assessoria técnica.

Não quero com essa constatação desconsiderar os resultados construídos ao longo do processo de assessoria, mas salientar como essa interferência gera uma percepção da realidade que não estava posta, e, por isso, ela precisa ser levada em conta como um dado a mais, com seus limites e avanços na interpretação dos eventos acompanhados. Afinal, o fato de grupos sócio-espaciais que aparentemente estavam predispostos a obedecer passarem a dialogar e se colocar como sujeitos de um processo social não é algo leviano, e pode iludir a todos — aqueles que estão envolvidos e os que entram em contato com essa artigo — com a aparência de uma mudança que pode ainda não ter ocorrido, como chama a atenção Paulo Freire ao refletir sobre o trabalho de extensão junto aos camponeses:

Neste tipo de relações estruturais, rígidas e verticais, não há lugar realmente para o diálogo. E é nestas relações rígidas e verticais que se vem constituindo historicamente a consciência camponesa, como consciência oprimida. Nenhuma experiência dialógica. Nenhuma experiência de participação. Em grande parte inseguros de si mesmos. Sem o direito de dizer sua palavra, e apenas com o dever de escutar e obedecer. (FREIRE, 2002, pp. 48–49)

Essa dificuldade de dialogar, que é fruto de uma estrutura social fechada e opressora, precisa ser compreendida e problematizada. Esse processo foi parte dessas assessorias, uma estratégia para permitir o acesso a dados que não estão imediatamente disponíveis e que, ao se inserirem no âmbito das experiências, alteram a realidade em que se atua.

No caso dessas assessorias, a produção do espaço pouco refletida passa a ser problematizada, levando à percepção de aspectos que antes eram aceitos e obedecidos, mas que, então, começam a ser considerados como uma produção coletiva em que todos participam, mesmo que na condição de subalternos.

O discurso da assessoria técnica evidencia seus limites e contradições, e salienta a condição dialética da produção do conhecimento sobre a realidade em que atua, negritando a produção coletiva do espaço e suas disputas pouco destacadas ou muito desconsideradas — trajadas como inquestionáveis ou a

única possível —, estabelecendo a autoprodução como uma possibilidade tão legítima quanto o discurso institucionalizado que a assessoria também representa. O processo da assessoria técnica explicita para todos os envolvidos essa condição dialética, colocando os diferentes saberes envolvidos na produção dos espaços em embate e interação, a fim de que se perceba que o conhecimento produzido nessa relação não é isolado, promove transformações e ao mesmo tempo se transforma.

As experiências são vivenciadas coletivamente. Ainda que a assessoria técnica tenha uma posição de destaque e se encontre fundamentada em preceitos institucionalizados, ela não acontece de forma isolada e sofre interferências de todos os envolvidos, inclusive esclarecendo esses preceitos como ferramentas utilizadas nas disputas que envolvem os conflitos fundiários com os quais a assessoria técnica, como pesquisa-ação se envolve. Há o esforço em compreender o mundo do outro, dentro de uma perspectiva dialógico-problematizadora entre todos os envolvidos, fomentando o reconhecimento dos processos com suas contradições e dificuldades de avanço.

3. Assessoria técnica e a extensão universitária

A assessoria técnica também aconteceu a partir das atividades de extensão universitária no Escritório de Integração do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas e no grupo MOM – Morar de Outras Maneiras, na Escola de Arquitetura da UFMG.

As atividades de extensão que a assessoria participa buscam superar tratamentos que ainda marcam essas atividades, concernente a uma suposta superioridade técnica do conhecimento produzido nas universidades em relação aos saberes das populações com quem as atividades se relacionam.

O conceito de extensão que atravessa essas atividades procura dialogar com as críticas de Paulo Freire. Para ele, uma atividade de extensão que trata o outro como objeto e nega o seu protagonismo desenvolve estratégias que levam a uma imposição cultural — a utilização pouco refletida do conceito de “extensão” já é um indicativo disso. Essa é uma contradição que atravessa várias das assessorias experimentadas, a superação dessa contradição tem sido buscada durante estas experiências. Como as atividades se dão em meio a conflitos fundiários, é recorrente um grande volume de tarefas que acaba por naturalizar essa imposição cultural. Este artigo é também uma pausa para perceber melhor essa situação, compartilhando com todos os interessados as agruras das armadilhas pelo caminho, para, quem sabe, amadurecer para lidar com eventos semelhantes, numa perspectiva cujo intento é desenvolver uma ação transformadora que desmonte a realidade e favoreça as manifestações de sujeitos ativos — sejam os que falam a partir do ambiente universitário, sejam os que constroem as realidades onde atuamos como extensionistas.

Paulo Freire nos diz, com toda a razão, que “conhecer não é o ato através do qual um sujeito transformado em objeto, recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou lhe impõe. O conhecimento pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção”. (CHONCHOL, 2002, p. 12)

Partindo dessa perspectiva crítica para a realização da extensão universitária, é importante ter em vista que aquilo que se apresenta como um problema para quem estende o conhecimento pode não fazer sentido nenhum como problema

para aquele que é o objetivo da extensão. Sendo assim, a construção do problema da extensão, nos casos experimentados, busca fazê-lo de forma mútua e colaborativa. Quando isso não ocorre, o pouco engajamento dos moradores com a proposta colocada é a evidência imediata de que o trabalho foi pouco eficiente na sua concepção. Uma extensão que configura uma imposição cultural retira do sujeito sua condição de ator histórico. Na assessoria técnica associada à extensão universitária, busca-se partir dos saberes, criticando-os durante a ação direta nos casos em que a primeira atua, para, junto dos moradores e atingidos, possam os assessores e extensionistas concluir qual caminho seguir naquela produção social do espaço, sendo o trabalho definido no campo, como nas caminhadas pelo terreno com os moradores ou durante os mutirões, como aconteceu nos canteiros em obras extramuros do Escritório de Integração. Os moradores das ocupações ou outros agentes diretamente afetados pela produção do espaço não são meros informantes, são também formuladores de problemas que têm rebatimento na assessoria e suas interpretações, num processo aberto que garante a interferência de todos os envolvidos. Não se trata, portanto, de um procedimento fechado e encerrado que garante somente a contemplação; os saberes não devem se sobrepor.

A equipe do EI elabora vários aparatos para promover o debate, antes e durante as intervenções, como maquetes, protótipos, jogos, croquis, informativos e painéis. São instrumentos de caráter processual, elaborados nas visitas técnicas, com o propósito de debater os termos da pauta de discussão e orientar a tomada de decisões. [...] O Canteiro em Obras, instância de ensino-aprendizagem prevista no PPP, esteve presente nas ocupações desde o início da assessoria técnica, em versões intramuros — no canteiro interno ao Campus — e extramuros — em campo. (PENNA *et al.*, 2019, p. 240)

Um dos objetivos das atividades de extensão é colocar o técnico em formação em contato com a autoprodução do espaço que marca as cidades brasileiras (PENNA *et al.*, 2019, p. 238).

As atividades de extensão nas ocupações urbanas de Belo Horizonte, devem estar atentas para não descambar numa lógica missionária, quando se perde a objetividade e se impõe para as populações envolvidas uma lógica que não é a vivida pelas pessoas que convivem cotidianamente com a situação objeto da extensão. Quando essa lógica missionária é predominante, a invasão cultural fica evidenciada e o exercício da alteridade fica prejudicado. Uma atividade de extensão no sentido de estender algo a alguém — como se do outro lado não houvesse um conhecimento válido, partindo, assim, da concepção de que aquele que estende é que tem algo a oferecer — é evitada e constantemente alvo de reflexões e críticas.

Um problema que ainda atravessa as atividades de extensão é a perspectiva de que essa atuação possa transformar o mundo de um jeito melhor do que aquilo que já é praticado. Com essa postura, o sujeito ativo é quem estende, numa concepção de entrega, e não de troca (por mais que no discurso fale em troca). Efetivamente, a lógica é ainda a da entrega, uma atitude messiânica. Uma das consequências de ir ao outro, normatizá-lo e torná-lo a imagem e semelhança do mundo que a ele se estende é domesticar essa população, treinando-a para as posturas hegemônicas. Em todas as experiências de assessoria, essa contradição é latente, sendo mais uma evidência da crítica que Paulo Freire já apontava:

Parece-nos, entretanto, que a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir

até a 'outra parte do mundo', considerada inferior, para, à sua maneira, 'normalizá-la'. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo. (FREIRE, 2002, p. 22)

As atividades de extensão desenvolvidas negam o que pretendem, o desejo de atuar na realidade a partir de um saber que se considera necessário e que, ao fazer isso, nega a realidade e os saberes construídos sem o rigor e o controle institucional. Essa contradição passa pela ideia de persuadir, considerando tacitamente que o outro não tem nada a oferecer, que é rele objeto de ação do extensionista: “Persuadir implica, no fundo, num sujeito que persuade, desta ou daquela forma, e num objeto sobre o qual incide a ação de persuadir. Neste caso, o sujeito é o extensionista; o objeto, os camponeses. Objetos de uma persuasão que os fará ainda mais objetos da propaganda. (FREIRE, 2002, p. 24)”

Assentes na perspectiva freiriana, notamos aí uma das grandes contradições da educação: pensada na sociedade contemporânea como uma ação de ruptura com a ignorância, não reconhece os processos internos dos saberes produzidos fora das instâncias institucionais e institucionalizadas. Essa contradição fica ainda mais destacada quando esse saber pretende sair de suas instituições e se aplicar na realidade com a extensão, colocando o conhecimento do outro como algo a ser substituído pelo que lhe é estendido. Supõe, assim, uma relação passiva, em que um leva, transfere, entrega e deposita um conhecimento que o outro não tem. Este último, então, nada teria a oferecer, explicitando uma concepção de educação em que o ato de conhecer é receber passivamente o conteúdo proveniente do outro.

Na medida em que, no termo extensão, está implícita a ação de levar, de transferir, de entregar, de depositar algo em alguém, ressalta, nele, uma conotação indiscutivelmente mecanicista. Mas, como este algo que está sendo levado, transmitido, transferido (para ser, em última instância, depositado em alguém — que são os camponeses) é um conjunto de procedimentos técnicos, que implicam em conhecimento, que são conhecimento, se impõem as perguntas: será o ato de conhecer aquele através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe pacientemente um conteúdo de outro? Pode este conteúdo, que é conhecimento de, ser “tratado” como se fosse algo estático? Estará ou não submetendo o conhecimento a condicionamentos histórico-sociológicos? Se a pura tomada de consciência das coisas não constitui ainda um “saber cabal”, já que pertence à esfera da mera opinião (doxa), como enfrentar a superação desta esfera por aquela em que as coisas são desveladas e se atinge a razão das mesmas? ((FREIRE, 2002, p. 26)

Por trás desse tratamento que caracteriza as atividades de extensão, há uma postura ingenuamente colonial, que desconsidera o outro como um sujeito também legítimo no mundo, com suas estratégias de produção da realidade. Ao constatar essa contradição ainda presente nas atividades de extensão as quais as assessorias se associam, não é uma defesa para que a realidade se mantenha intocada, mas que seja considerada como um ambiente de interação de diferentes sujeitos com suas estratégias próprias, diferenças legítimas a serem consideradas sempre com cuidado e crítica, sem partir de uma postura arrogante e superior.

A extensão como um ato de transferência não contribui para construção do olhar crítico. Indica que pensar “sobre” os sujeitos do lugar invadido não é o caminho, mas sim pensar “com” esses sujeitos, afinal somos todos portadores de conhecimentos válidos, buscando superar uma percepção do processo como uma conquista, que passa pela manipulação e o messianismo, uma dimensão ainda presente.

Esse dirigismo ainda recorrente, cria entre as assessorias e organizações políticas, ilusões de avanços, que sempre se mostram pouco efetivos, especialmente nos momentos em que são ofertados trabalhos que não foram de fato solicitados, situações mais recorrentes quando a assessoria e as atividades de extensão se deixam pautar por demandas institucionais, e se afasta do cotidiano, uma armadilha sempre armada e eficiente em seu intento.

4. Assessoria técnica e o ensino em disciplinas extensionistas

No levantamento de dados que sustenta a assessoria e as atividades de extensão os trabalhos desenvolvidos nas disciplinas extensionistas são importantes. Estando diretamente associadas às atividades de extensão, participam da produção de dados e são uma oportunidade de compartilhar com os estudantes, para além daqueles que são extensionistas, os temas da realidade com que as atividades de extensão e a assessoria atuam, articulando-os com os conteúdos previstos nas disciplinas. Dentre as disciplinas de graduação em arquitetura e urbanismo que já participaram desses procedimentos estão as disciplinas “Planejamento Ambiental Urbano” e “Metodologias colaborativas: o caso de Mariana” na Pucminas; a “Oficina Integrada de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (OFIAUP) Problemas de Requalificação e Urbanização de Assentamentos Precários” e “Águas na cidade” na UFMG; e na pós-graduação lato sensu em Planejamento Ambiental Urbano e Produção Social do Espaço, as disciplinas “Direito à Cidade, Políticas Públicas e Movimentos Sociais Urbanos” e “Produção do Espaço e Sustentabilidade Socioambiental”.

Os objetivos de uma disciplina de graduação ou pós-graduação são diferentes daqueles da assessoria técnica e das atividades de extensão universitária, entretanto, ao se associarem elas se retroalimentam, ampliando o que cada uma pode oferecer dentro de suas finalidades.

Há uma percepção de que os processos de urbanização informais no Brasil atribuem a condição de extensionistas a algumas disciplinas, como uma possibilidade de contato e aprofundamento acerca do tema. Essa aproximação permite compreender a autoprodução do espaço a partir da perspectiva dos autoprodutores, trazendo esse saber autoproduzido para perto daquele que é concebido no ambiente universitário. (ZERLOTINI *et al.*, 2018, p. 125)

As apreensões com o tratamento assistencialista (FREIRE, 2002, p. 81) que muitas vezes caracteriza as atividades de extensão são ainda mais recorrentes nas disciplinas extensionistas. Como os estudantes se envolvem com a situação somente durante o período da disciplina, eles tendem a tratá-la sem a crítica necessária, e a abordagem assistencialista é recorrente. Na condução dos trabalhos, pouco se reflete sobre isso. Os objetivos principais das disciplinas ocupam um tempo maior na aprendizagem e questões como a crítica são pouco abordados, gerando leituras que anestesiavam o outro, não o mobilizando a construir seus caminhos, mas a ficar no mesmo lugar e aceitar as coisas como são, reforçando atitudes conservadoras. Esse é, inclusive, um dos limites dos dados provenientes de atividades didáticas extensionistas. Reconhecer essas constrictões é também importante para superá-las enquanto práticas pedagógicas.

As disciplinas experimentadas tomam a microbacia como recorte territorial para a compreensão dos processos de autoconstrução nos territórios acompanhados pela extensão. Tal abordagem tem favorecido leituras objetivas numa escala de

1:1 sobre os aspectos físico-naturais e os processos de urbanização observados nas regiões estudadas, num tratamento que reforça, entre professores, estudantes e moradores, uma percepção sistêmica da microbacia como unidade de planejamento. Essa estratégia pedagógica extensionista e de levantamento de dados favorece também uma transdisciplinaridade dos aspectos analisados, cruzando e circulando entre os envolvidos diferentes campos do conhecimento que contribuem para a reflexão sobre a microbacia estudada. Nessas experiências trabalharam juntos: arquitetos urbanistas, biólogos, engenheiros hidráulicos, engenheiros civis, geógrafos, sociólogos, antropólogos, geólogos, historiadores, pedagogos além dos moradores que participam dessa circularidade de conhecimentos com base em suas práticas profissionais e suas experiências como moradores e observadores cotidianos dos lugares em que se atua. Essas atividades reforçam o caráter generalista da formação dos arquitetos urbanistas, mas o contato com a realidade favorece uma melhor compreensão das particularidades de cada um dos campos do conhecimento que participam das atividades.

Ademais, esse contato favorece um exercício didático menos abstrato, de modo tal que todos os envolvidos ficam mais predispostos a desenvolver procedimentos observando os recursos disponíveis. Essa condição também leva ao desenvolvimento de outros instrumentos e ferramentas para interpretação dos lugares estudados. Os levantamentos arquitetônicos, urbanísticos e dos aspectos físico-naturais — este último abrangendo relevo, hidrografia e geologia — quase sempre contêm informações cifradas que impedem o acesso de todos aos dados levantados. Nos exercícios de uma disciplina extensionista, esses levantamentos são realizados com uma linguagem e uma técnica que favoreçam a compreensão de todos, os iniciados e os não iniciados, numa experiência de alteridade que contribua na formação de profissionais atentos às diferenças entre os grupos sócio-espaciais que formam uma cidade:

Como se portar no lugar (dos outros)? Sabemos que somente pela experiência é que podemos ascender à compreensão e ao conhecimento. A relação entre experiência e compreensão é simbiótica [...]. Um trabalho de campo/assessoria técnica só será bem-sucedido se houver uma relação de empatia entre as partes. (PENNA *et al.*, 2019, pp. 242–243)

Apesar das potencialidades e dos esforços que as atividades de ensino fomentam na extensão e na assessoria técnica, ainda é recorrente o uso de instrumentos pouco adequados para ampliar a interação dos que participam das atividades. Um desses instrumentos é o diagnóstico, um método de ensino e organização dos dados que são aplicados e demandam uma reflexão crítica mais aprofundada acerca de sua origem e objetivos. O diagnóstico é uma ferramenta aplicada à revelia dos interessados, como se fosse uma exclusividade para os especialistas. A tradição de construção de diagnóstico parte de uma não participação dos não especialistas, um monopólio a ser superado e sobre o qual se deve refletir dentro da sua prática no campo da arquitetura e do urbanismo. A concepção de diagnóstico é oriunda da medicina, sendo apropriada por outros campos do conhecimento sem considerar as devidas diferenças e complexidades que envolvem. Ele acaba por restringir seu tratamento às faltas e aos problemas encontrados, não considerando as soluções que as situações-problema também apresentam; cuida-se, assim, de uma abordagem que promove profundas distorções.

Como método de levantamento e organização dos dados, o diagnóstico não consegue dar conta das realidades onde as atividades de ensino extensionistas

atuam. Não obstante, ele ainda é recorrente como exercício nas disciplinas experimentadas, mesmo diante de todos os seus limites, como ‘retrato’ da realidade estudada, mantendo-se sua condição de instrumento que “sempre focaliza o que falta: educação, recursos etc. Não são enxergadas as potencialidades dos produtores e do seu meio circundante”. (THIOLLENT, 1988, p. 50)

As atividades de ensino associadas à extensão contribuem para a problematização do conhecimento estabelecido dentro das instâncias institucionalizadas, buscando romper com a ilusão do saber absoluto supostamente detido pelos especialistas, algo que os leva a acreditar em rupturas com o instituído a partir simplesmente da prática do conhecimento de que são portadores. Nesse sentido, as atividades de extensão contribuem para uma formação crítica ao revelar que a realidade pretensamente transformada pelo conhecimento de que os estudantes são portadores ainda carregará as marcas anteriores daquilo que parece superado.

Apesar da idealização ainda presente nas atividades de ensino extensionistas, o aprendizado que essas disciplinas proporcionam, pautado numa concretude mais evidente, favorece o afloramento das contradições dessa idealização do outro que acaba por anulá-lo como sujeito de sua história (FREIRE, 2002, p. 73). Quando idealizamos o outro, a prescrição do que pretendemos numa atividade é um caminho natural, sendo essa uma manipulação que o coisifica e apaga as possibilidades de emancipação e construção do conhecimento, caso em que se revela a efetivação de uma estratégia de domesticação (FREIRE, 2002, p. 78), mesmo que essa não seja a intenção daqueles que desenvolvem as atividades. Nos dados levantados por essas disciplinas extensionistas, fica latente certa frustração, corporificada em manifestações dessas contradições que atravessam as idealizações e as prescrições.

Apesar de todas as ineficiências experimentadas nas disciplinas extensionistas, há, entre seus objetivos, a promoção de procedimentos pedagógicos que se aproximam dos preceitos freirianos, consoante os quais a educação não é mera transmissão de saberes e perpetuação de uma cultura, mas uma construção colaborativa, na direção de uma nova postura frente à realidade, a partir da cumplicidade na produção do espaço junto com as assessorias técnicas e as atividades de extensão universitária.

Esta é a razão pela qual, para nós, a “educação como prática da liberdade” não é a transferência ou a transmissão do saber nem da cultura; não é a extensão de conhecimentos técnicos; não é o ato de depositar informes ou fatos nos educandos; não é a “perpetuação dos valores de uma cultura dada”; não é o “esforço de adaptação do educando a seu meio”. (FREIRE, 2002, p. 78)

As atividades realizadas nas disciplinas extensionistas estão imbuídas dessas intenções, considerando todos os envolvidos nos grupos sócio-espaciais assessorados como sujeitos do conhecimento, não receptores de um conhecimento de outrem. Professores, estudantes, militantes e moradores, juntos, constroem uma trajetória compartilhada como produtores de seus espaços de vida e luta política.

5. Experimentos de assessoria técnica com extensão e disciplinas extensionistas

No segundo semestre de 2012, a disciplina “Oficina Integrada de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, problemas de requalificação e urbanização de

assentamentos precários” (OFIAUP) da graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG trabalhou na Ocupação Eliana Silva.

O nosso contato foi através da Dandara, vieram uns camaradas das brigadas populares e disseram que haviam feito esse trabalho. A partir dali ocorreu todo aquele trabalho do projeto inicial, no primeiro terreno, ali a gente viu a importância que tinha, que poderia dar uma qualidade maior no nosso trabalho, por que a gente preocupa muito com a luta, com a mobilização, com a organização dos moradores, a gente não conhecia diversos aspectos, como legislação e área de preservação ambiental. Então foi muito importante essa ligação em primeiro momento com você e depois com os outros arquitetos, o pessoal da UFMG, do PRAXIS enfim tudo isso foi muito importante para nós. [Militante, 27 dez. 2013]

Na ocasião foram pesquisadas várias soluções de esgotamento sanitário e executadas algumas delas — como o círculo de bananeiras (Figura 1) e o TEVAP (Figura 2). O grupo de pesquisa praxis também passou a desenvolver atividades de pesquisa e extensão na ocupação, associadas à disciplina OFIAUP. Assim, foi implantado um sistema de esgoto que, por alguns anos, permitiu que a ocupação tratasse parte de seus dejetos dentro do próprio terreno e não os exportasse, como no sistema convencional, predominante em Belo Horizonte. Mais tarde, a Ocupação Eliana Silva conseguiu negociar com o poder público a instalação da rede elétrica pela CEMIG e da rede de água e esgoto pela COPASA. Na ocasião, surgiram alguns embates entre a concessionária e os moradores, envolvendo a opção entre a rede de esgoto construída pela comunidade e pelo apoio acadêmico, e a migração para o sistema convencional da concessionária. A escolha foi por esse último. Porém, numa visita à ocupação em 2019, um morador informou que a COPASA não conseguiu ainda terminar as obras e que boa parte da ocupação continua usando o sistema autoconstruído com os TEVAPs e os círculos de bananeiras.



Figura 1. Círculo de bananeiras (fonte: acervo do autor).

Na Ocupação Eliana Silva há uma mais efetiva participação da extensão universitária nos trabalhos da assessoria técnica. Na Ocupação Dandara já havia

ocorrido esse envolvimento, mas foi na Eliana Silva que essa atuação começou ser mais sistemática, envolvendo as atividades de extensão de grupos de pesquisa e disciplinas da graduação em arquitetura e urbanismo.



Figura 2. Construção de um TEVAP (fonte: acervo do autor).

Nestas experimentações já ficou evidente que nas atividades de extensão universitária, as imposições sociais e culturais de toda espécie acabam ocorrendo, mesmo que não seja essa a intenção daqueles que a praticam, “[...] o que busca o extensionista não é estender suas mãos, mas seus conhecimentos e suas técnicas” (FREIRE, 2002, p. 20). Entre nós arquitetos e nossas atividades de extensão, essa condição fica explícita, tendemos a ver nosso instrumentos do cotidiano profissional com certa ingenuidade e de modo acrítico. O prestígio conferido ao profissional de arquitetura e a admiração pelos nossos instrumentos nos envaidece, sem que percebamos o distanciamento e a hierarquia que são gerados e que contradizem nossa intenção de contribuir numa ação política de sentido emancipatório.

Você não ficou transparente. Você... Você não é dali... E, como você não é dali, a pessoa pode estar pensando, mas não vai te falar. Entendeu? Você virou as costas: "Ah, gente, mas isso aí não vai dar certo, vamos fazer de outra forma". Não tem uma troca, esse vínculo com a comunidade. Acho que tem várias formas de criar esse vínculo. Não necessariamente morando lá, mas eu acho que o morar lá é interessante, está comendo da mesma comida, entendeu? Fica mais fácil, mais fácil de falar, de se colocar. (Apoiadora, 26 dez. 2013)

A produção material e simbólica para o capital, de que arquitetos participam cotidianamente, não termina nas ocupações pela simples intenção de desfazê-la, porque as disposições subjetivas que esses profissionais adquirem ao longo do tempo também não se desmancham ali.

Uma das primeiras coisas que a gente aprendeu e que os meninos que eram bolsistas ficaram apavorados é que não existe planejamento, é o fazer ali, pensar na hora, não é nem amanhã. numa ocupação não existe amanhã, existe o hoje, o que é um problema para nós porque a nossa formação é toda pensar o amanhã. (Apoiadora, 13 fev. 2014)

Eu ouvi, inclusive dentro da própria escola, de que eu não deveria levar os alunos em ocupações e favelas. Que esse não era o meu papel e que os alunos não iriam trabalhar para esse público. Então por que eu estava levando eles ali. Outra também que eu ouvi: Para quê que vai levar? Mostra umas fotos, umas intervenções bacanas". Recebi até uns livros pra mostrar umas intervenções bacanas que eu poderia usar. E aquilo me horrorizou. (Apoiadora, 06 mar. 2014)

As atuações da arquitetura na Ocupação Eliana Silva, seja pelos arquitetos voluntários ou pelas atividades de extensão, oferecem um estilo de vida a partir de valores que seus moradores não compartilham. Ainda que não se façam inteiramente de cima para baixo, os desenhos dos planos urbanos e os projetos dos edifícios coletivos remetem a ambientes urbanos a que arquitetos estão acostumados ou que consideram de boa qualidade. Não remetem a qualquer expressão própria dos moradores. "A gente não entende como viver bem em um barracão de dois cômodos, que a cozinha é do lado de fora, mas que a minha horta está linda. A gente não acha que a pessoa está vivendo bem. Olha pra ela e fica com dó." (Apoiadora, 07 mar. 2014)

Nestas experiências dilemas que pareciam ser exclusivos dos moradores das ocupações se mostram também dos extensionistas, professores e estudantes, evidenciando suas dificuldades de pequeno-burgueses em relação ao acesso a benefícios de uma sociedade excludente.

Tanto que o dia que eu parei de ir no Eliana, de dormir lá direto, foi o dia que eu estava com febre e aí que eu tive que ir para o hospital. Eu percebi que eu não estava bem. Eu peguei o carro e fui embora. O pessoal: "Não, sai não!". Eu falei: "Não. Vou ter que sair". Fui ao médico, e ele disse: "Você está com infecção urinária e desidratada". Por quê? Por causa da fossa. Gente, fazer xixi e cocô em fossa é um trem horrroso! Trem horrroso! Horrroso! Horrroso, mesmo! (Apoiadora, 26 dez. 2013)

A reflexão sobre essas contradições vivenciadas nas ocupações fez parte de outras disciplinas como a ocorrida no segundo semestre de 2015 na graduação em arquitetura e urbanismo da Pucminas. A experimentação ocorreu na disciplina "Planejamento Ambiental Urbano", que trabalha com a concepção do planejamento urbano a partir de uma unidade hidrográfica. Numa parceria com assessoria técnica e a extensão universitária foi estudada a bacia hidrográfica do Córrego dos Macacos.

O estudo da bacia do Córrego dos Macacos proveu a assessoria técnica com informações valiosas (Figura 3). Ao mesmo tempo, a disciplina deu aos estudantes a possibilidade de adquirir conhecimentos sobre uma unidade hidrográfica, um processo de urbanização em curso e um conflito fundiário ou, em suma, sobre uma situação típica das cidades onde atuariam futuramente como arquitetos e urbanistas. Era uma oportunidade de refletir sobre a assessoria técnica a movimentos de sem casa e formá-los para essa atuação.



Figura 3. Linhas de drenagem do Córrego dos Macacos – Ocupação Vitória (fonte: acervo da disciplina Planejamento Ambiental Urbano 2ºSemestre de 2015).

Foi estudado a produção do espaço das ocupações, inclusive quanto às características físico-ambientais e como elas afetavam essa produção, já que os seus moradores tinham disponíveis poucos recursos para promover a urbanização em parte da bacia do Córrego dos Macacos. Tal situação é emblemática para pensarmos sobre o que Castoriadis chama de lucidez relativa:

Esta lucidez 'relativa' corresponde igualmente a um outro aspecto da práxis também essencial; é que seu próprio sujeito é transformado constantemente a partir desta experiência em que está engajado e que ele faz, mas que o faz também. 'Os pedagogos são educados', 'o poema faz seu poeta'. E é óbvio que daí resulta uma modificação contínua, no fundo e na forma, da relação entre um sujeito e um objeto os quais nunca podem ser definidos de uma vez por todas. (Castoriadis, 1982, p. 96)

Essa lucidez relativa estava posta para os moradores das ocupações, mas também para os estudantes, professores e assessores que poderiam confrontar um conhecimento prévio com a realidade em se atua, percebendo a dialética que atravessa a construção do conhecimento, em que um saber que antecede a práxis é confrontado, transformando o saber e a práxis, ou seja, o fazer se dá na experiência, tudo é temporário e se transforma no fazer. Isso, entretanto, não significa que ele se dê à revelia de tudo, afinal ele tem seus fundamentos e mesmo as motivações de um saber ainda não confrontado com uma realidade. Por isso, ali seria possível cotejarmos a questão da lucidez 'relativa' de que fala Castoriadis.

Mas a coisa requeria um gerenciamento cuidadoso, para não criar falsas expectativas entre os moradores pela presença dos estudantes, nem deixar de cumprir a ementa acadêmica. O tempo de uma disciplina não é o tempo de uma ação de extensão. A avaliação de como seria a relação entre moradores e estudantes, e os resultados esperados, tanto do ponto de vista da assessoria técnica quanto das atividades de extensão no processo de formação acadêmica. A intenção de sair das falsas abstrações e partir para realidade concreta, considerando os estudantes e os moradores das ocupações nesse processo.

Estamos convencidos de que qualquer esforço de educação popular, esteja ou não associado a uma capacitação profissional [...] deve ter [...] através da

problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão. (Freire, 2002, p. 33)

A disciplina se desenvolveu em duas fases: a primeira, de elaboração de um diagnóstico físico-territorial e urbanístico da região estudada; e a segunda, de desenvolvimento de propostas que dialogassem com os aspectos diagnosticados, passando por intervenções diretas e pela elaboração de diretrizes de ocupação que pudessem influenciar as legislações urbanísticas e ambientais daquele território.

Ocorreram apenas duas visitas durante a disciplina. A primeira, para o diagnóstico na Ocupação Vitória, que teve a participação maciça dos alunos; mas à segunda, para a revisão do diagnóstico e elaboração das propostas na Ocupação Esperança, compareceram poucos estudantes, o que já evidenciava os desafios de uma disciplina extensionista como atividade acadêmica na formação dos alunos na percepção das diferenças entre os diferentes atores. Duas professoras que, em 2014, desenvolveram atividades semelhantes na Ocupação Dandara afirmaram: “Eu lembro que foi um momento de crise, de assentar, fazer uma reunião com a turma, e ouvir dos alunos: “Por que que a gente tem que fazer trabalho na comunidade? Não quero isso, eu quero fazer trabalho de Casa Cor!” (Apoiadora, 24 fev. 2014). As ausências em atividades de extensão são sempre recados importantes a serem observados, seja dos estudantes ou dos moradores.

Ainda assim, foi produzida uma base cartográfica da região, com informações sobre os aspectos físico-territoriais, sobre os processos de urbanização das ocupações. Não se insistiu nesta ocasião numa aproximação mais estreita entre moradores e estudantes. Isso deveria se estabelecer ao longo dos anos de atuação, pela continuidade da disciplina e de outros trabalhos de extensão e assessoria, e com um amadurecimento de todos envolvidos com esse tipo de atividade associada à assessoria técnica.

A atividade de ensino associada à extensão também criou condições para reflexão junto com os estudantes quanto ao conhecimento proporcionado pela produção do espaço nas ocupações pelos moradores, negritando a necessidade de confrontar o conhecimento produzido dentro das instâncias institucionalizadas com aquele produzido a partir das condições disponíveis na realidade, evidenciando o cuidado necessário nesta relação para que não ocorra uma imposição cultural, como acaba sendo recorrente quando se atua nesses casos, pautados quase sempre pela urgência.

As atividades de ensino de caráter extensionista foram igualmente importantes pela mudança de foco que proporcionaram à assessoria técnica. A eficiência nessa atuação não era mais focada somente no conflito fundiário, mas também tinha que considerar a formação acadêmica dos estudantes envolvidos. Desse modo, os atropelos que a urgência do conflito fundiário impunha são confrontados com os processos de aprendizagem dos estudantes, que demandam outras ferramentas para compreensão desse contexto. Tais ferramentas são compartilhadas com os moradores e lideranças, ampliando o repertório acerca das linguagens utilizadas pelas instituições, alargando o rol de questionamentos às ferramentas de manipulação usadas pelo Estado nessa disputa fundiária.

Esse ensaio de extensão por meio da disciplina acadêmica expandiu as possibilidades do exercício de uma assessoria técnica pautada pela crítica de

outros agentes, dentre eles os estudantes com seus processos e questões de aprendizagem que passam a influenciar a atuação da assessoria nos territórios ocupados. Entre os estudantes, aumenta-se a percepção do outro, os moradores das ocupações, como sujeitos de um processo, e não meramente subalternos aos preceitos institucionalizados de que a arquitetura e o urbanismo fazem parte, podendo influenciar posteriormente suas atuações profissionais.

Outra atividade acadêmica extensionista desenvolvida no 2º semestre de 2015 foi a disciplina “Alternativas de Arranjos Espaciais para o MCMV Izidora”, vinculada a Escola de Arquitetura da UFMG. A proposta da disciplina era desenvolver um empreendimento Minha Casa, Minha Vida — Entidades numa parte da Ocupação Vitória.

O desafio era elaborar uma proposta de arquitetura e urbanização que pudesse ser autogerida pelos moradores e organizações políticas, sem a dependência de recursos externos para além do auxílio pecuniário que era negociado junto ao governo estadual naquela ocasião. Os resultados dessa disciplina seriam encaminhados às organizações políticas e aos moradores numa assembleia na Ocupação Vitória, que ocorreria no mês de dezembro de 2015.

Uma das propostas desenvolvidas propunha a construção coletiva das estruturas que fossem mais difíceis de serem erguidas individualmente, cujos recursos necessários para a execução seriam gerenciados pelas organizações políticas (Figura 4). A intenção do exercício na disciplina era avaliar as possibilidades de verticalização e adensamento com poucas remoções e construção das novas estruturas nas áreas livres identificadas entre as casas já existentes.

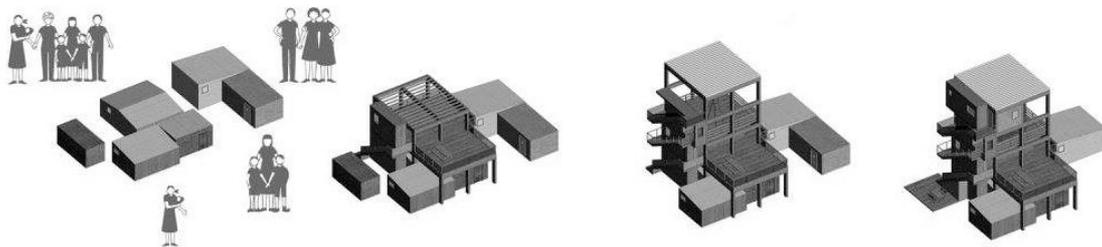


Figura 4. Estudos volumétricos da disciplina “Alternativas de Arranjos Espaciais para o MCMV Izidora” (fonte: acervo da disciplina Alternativas de Arranjos Espaciais para o MCMV Izidora 2ºSemestre de 2015).

Posteriormente, uma das organizações que participava da condução dessas ocupações, avançou nessa proposta de gerenciamento e utilização do auxílio pecuniário do Estado para a promoção de política habitacional gerida pela própria organização, na experiência da Ocupação Vertical Carolina Maria de Jesus, a partir de 2018.

6. Uma proposta de registro para assessoria e a extensão em arquitetura e urbanismo

O registro técnico convencional dos arquitetos e urbanistas são os desenhos técnicos de arquitetura e urbanismo, e, nas assessorias técnicas eles geralmente não são suficientes. A assessoria técnica e as atividades de extensão envolvem aspectos que demandam a utilização dos desenhos bem como, em algumas ocasiões, relatórios técnicos, dentre outras interfaces para registro e comunicação do trabalho. Contudo, essencialmente, as atividades envolvem processos de diferentes naturezas que demandam um registro que expresse as

disputas e a dinâmica dos enfrentamentos encontrados (LUKÁCS, 1965). A crônica narrativa oferece um formato de texto a ser avaliado para registro e comunicação de como aconteceu o trabalho.

Apesar do foco na produção social do espaço, outras questões estruturais atravessam as experiências que não podem ser desprezadas. Quando se perde essa perspectiva estrutural, os resultados são quase sempre ineficientes. A crônica narrativa estabelece uma sequência que contribui para a compreensão do processo, estabelecendo um sentido que se vincula às escolhas políticas e técnicas; ela não almeja uma descrição fria do processo, como se as escolhas fossem neutras, e não objeto de disputas internas e externas aos grupos sócio-espaciais dos quais a assessoria e a extensão participa.

Numa assessoria técnica, nas atividades da extensão universitária e numa pesquisa sócio-espacial os envolvidos participam ativamente, são também agentes políticos, não meros observadores dos eventos. Nesse sentido, atuam e tomam posições nos eventos, algo com implicações sobre o processo. Sendo assim, a crônica narrativa é um registro que permite expor as questões experimentadas e articulá-las com outras quando porventura isso se fizer necessário, para compreensão do processo com seus dilemas e desafios para além da neutralidade técnica de algumas interfaces e linguagens já estabelecidas neste campo do conhecimento.

A crônica das experiências de assessoria e extensão numa linguagem coloquial procura estabelecer uma interação entre a linguagem técnica e a dos demais agentes, considerando essas diferenças como importantes na elaboração de um documento que tenha em vista o acesso de todos os participantes ao seu conteúdo. A capacidade de compreensão de todos os envolvidos é uma questão central; o exercício da crônica narrativa é parte de uma possibilidade como estratégia de comunicação decorrente dessa ideia.

A assessoria técnica é, essencialmente, experiência, as disputas são diretas e ocorrem com os assessorados; a dificuldade de registro se deve muito a essa natureza. Nessa linha, a proposta do formato de uma crônica narrativa confere ao registro técnico uma dinâmica que reflete essas disputas, presentes no curso dos processos de assessoria e extensão universitária.

7. Referências

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade** [*L'institution imaginaire de la société*]. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, [1975] 1982.

CHONCHOL, Jacques. Prefácio. In: FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1969] 2002.

LUKÁCS, Georg. **Ensaio sobre literatura**. Org. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

PENNA, Alícia; PIRANI, Denise; BITTENCOURT, Eduardo Moutinho Ramalho; COTEGIPE, Hilda; BAPTISTA, Maria Elisa; MOTTA, Silvio Romero Fonseca; LOURENÇO, Tiago Castelo Branco; SILVA, Viviane Zerlotini. O político-pedagógico na prática: como faz-pensando o Escritório de Integração do Cursos de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas. *Cadernos Temáticos do Nesp – Na cidade: micropolíticas e modos de existência*, Belo Horizonte, n. 9, 2019, pp. 221–256.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez Editora, 1988.

ZERLOTINI DA SILVA, Viviane; PENNA, Alícia Duarte; BITTENCOURT, Eduardo Moutinho Ramalho; LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. Como projetar com pessoas que vivem em áreas socialmente vulneráveis? *Cadernos de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*, v. 18, n. 1, jan./jul. 2018. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

8. Entrevistas

Apoiadora. Entrevista apoiadora. 26 dez. 2013. Entrevista concedida ao autor.

Apoiadora. Entrevista apoiadora. 13 fev. 2014. Entrevista concedida ao autor.

Apoiadora. Entrevista apoiadora. 24 fev. 2014. Entrevista concedida ao autor.

Apoiadora. Entrevista apoiadora. 6 mar. 2014. Entrevista concedida ao autor.

Apoiadora. Entrevista apoiadora. 6 mar. 2014. Entrevista concedida ao autor.

Militante. Entrevista militante. 27 dez. 2013. Entrevista concedida ao autor.

¹ *Grupos sócio-espaciais são grupos de pessoas que se organizam na produção de um espaço. O conceito grupo sócio-espacial parte da reflexão realizada em pesquisas do Grupo MOM (Morar de Outras Maneiras) vinculado a Escola de Arquitetura da UFMG. No artigo “Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica” de autoria da professora Silke Kapp, ela sistematiza várias reflexões que são desenvolvidas nas atividades de pesquisa, extensão e ensino do grupo. O artigo utiliza o conceito almejando contribuir na sua formulação e avaliação como possibilidade de reflexão para trabalhos de extensão universitária.*